

CIDADE: REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS URGÊNCIAS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA O ESPORTE DE LAZER NO SÉCULO XXI

CITY: REFLECTION ON THE CONSEQUENCES OF THE INDUSTRIAL REVOLUTION AND THE EMERGENCIES OF PUBLIC SPACES FOR LEISURE SPORTS IN THE 21ST CENTURY

AUTORES

Joelma Montelares da Silva¹

 0000-0003-0352-171X

Jade Yohana Montelares Alabi²

 0000-0003-0067-5836

Miguel Angel Torralba Jordan³

 0000-0001-9760-1248

Sergio Luiz Carlos dos Santos⁴

 0000-0003-2432-8134

¹Professora do Instituto Federal do Paraná e doutoranda na Universidade de Barcelona.

²Graduanda em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário de Maringá Unicesumar.

³Professor Doutor, da Universidade de Barcelona

⁴Professor Doutor, da Universidade Federal da Grande Dourados e Professor convidado da Universidade de Barcelona.

DOI: 10.33872/rebesde.v2n1.e008

CONTATO

Joelma Montelares da Silva

joelma.silva@ifpr.edu.br



Copyright: este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Atribuição Creative Commons License®, que permite o uso irrestrito, distribuição, e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e fonte originais são creditados.

RESUMO

Um novo tipo de cidade tem surgido nas últimas décadas, fruto de várias transformações, que com a industrialização, resultou em um conjunto de alterações, ao mesmo tempo que possibilitou melhorias tecnológicas significativas em diferentes campos, alterou profundamente vários domínios fundamentais da vida da urbana, suscitando uma notória sensação de vulnerabilidade e, de insegurança provocada pela violência, estrutura e espaços modificados. Os espaços urbanos cederam lugar a avenidas, prédios e indústrias, restando pouquíssimo espaço para as pessoas. Em decorrência, este artigo de cunho bibliográfico se apropriará de um aporte teórico com o objetivo de refletir sobre o fenômeno “cidade”, levando em consideração as mudanças ocorridas a partir das propostas urbanas ao longo do tempo, tendo em vista aspectos da transformação dos espaços públicos para as pessoas, como usufruto do esporte de lazer.

Palavras-chave: cidade, espaços públicos e esporte de lazer.

ABSTRACT

In recent decades a new type of city has emerged, the result of several transformations, which, with industrialization, resulted in a set of changes, while enabling important technological improvements in different fields, if it profoundly altered several fundamental domains of urban life, raising a notorious feeling of vulnerability and insecurity due to violence, structure and modified spaces. Urban spaces gave way to avenues, buildings and industries, leaving very little space for people. Consequently, this bibliographic article appropriated a theoretical contribution to reflect on the phenomenon "city", considering the changes that have occurred since the urbanistic proposals over time, considering aspects of the transformation of spaces for people, such as enjoyment of sports leisure.

Keywords: city, public spaces and sports leisure.

Recebido: 25/07/2021 | **Aprovado:** 29/07/2021

1. Introdução

A cidade representa a maior aspiração da humanidade em relação a uma ordem perfeita e harmônica, tanto em sua estrutura arquitetônica como nos laços sociais. (1, p. 231).

A cidade tem um papel fundamental na dimensão humana, diferentes reflexões têm destacado seu conjunto de elementos que permite o exercício da Cidadania. Etimologicamente, a palavra “cidade” vem de “Civitas” ou “Civetitas” com o mesmo significado, ou seja, sua principal característica é o direito de cidadão ou a cidadania

(2). Historicamente carrega um mecanismo capaz de transformar ou influenciar o modo de vida do homem, a cidade está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento da civilização, mesmo que seja uma criação do homem, para Horácio Capel (3), “el hombre ha sido moldeado por ellas” (p. 13).

Apesar da existência milenar da cidade, como fenômeno urbano, existe há quase sete milênios, com muitas facetas no decorrer da história, acredita-se que novas formas urbanas têm surgido para consolidar as urgências impostas aos cidadãos.

Nas palavras de Capel (4), “(...) nuevas formas urbanas, nuevos contenidos sociales y nuevos modos de vida, nuevas tipologías y tejidos urbanos, nuevas centralidades y otras muchas innovaciones aparecen en la configuración de las áreas urbanas.” (p. 09).

No imaginário social, a cidade é associada a um ambiente feito de betão, suas ruas são transformadas em enormes garagens, onde o compartilhamento é cada vez mais diminuído ao cidadão. Contudo, mesmo que a cidade esteja associada ao ambiente concreto, onde ruas se transformam em enorme de garagens e o compartilhamento se reduz cada vez mais, não podemos considerar apenas edifícios frios sem vida e vazios, é um ambiente de vida coletiva (5).

Portanto, a cidade deve ser concebida sempre como espaço público do cidadão, carregado das relações entre seus habitantes, onde a cidadania se materializa que se manifesta na conformação a partir de sua natureza peculiar que são as ruas, praças, parques, ponto de encontro entre outros, portanto é necessário que as pessoas se sintam seguras e protegidas nesses espaços (5).

Dado o exposto, os espaços públicos têm grande destaque nos desenhos urbanos ao longo da história, “as cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção de desenho urbano.” (5) (p.5).

Levando em consideração essa reflexão, e para melhor compreender tais aspectos, este artigo de cunho bibliográfico se apropriará de um aporte teórico com o objetivo de refletir sobre o fenômeno “cidade”, levando em consideração as mudanças ocorridas a partir das propostas urbanas ao longo do tempo, tendo em vista aspectos da transformação dos espaços públicos para as pessoas, como usufruto do lazer. Escolhemos o tema “cidade”, por compreendermos que ela possui uma velocidade de transformação que determinou um salto civilizador e a abertura de novos caminhos para a sociedade.

2. Métodos

Um novo tipo de cidade tem surgido nas últimas décadas, fruto de várias transformações intensificadas com industrialização que alterou profundamente vários domínios fundamentais da vida da urbana, forçando uma adaptação tanto em sua base econômica, bem como, em sua composição sociocultural que para alguns autores como Lipietz (6), provocou uma segregação

funcional e social preocupante nas cidades. O modelo clássico de cidades, foram substituídos por modelos centrados na premissa dos efeitos úteis e funcionais da aglomeração e urbanização, difundidos no período da revolução industrial no século XIX. Com efeitos complexos, promoveu grandes contrastes sociais, suscitando graves fenômenos de exclusão social, empobrecimento e marginalização dos espaços, com reflexos nos padrões de ocupação e apropriação dos espaços, comprometendo a assimilação de diferentes recursos oferecidos pelas cidades (7).

O planejamento urbano se torna relevante a partir dessa premissa. Os problemas surgidos com a industrialização, repercutem no planejamento urbano no século XIX, com uma série de interferências, concebido como resposta aos problemas enfrentados pelas cidades (8). Dado ao exposto, se observa o “impressionante crescimento demográfico das cidades”, em detrimento a “drenagem do campo” para as cidades, seguindo a ordem de industrialização dos países. As cidades nesse período, tornaram-se polos fabris, a autora destaca que esse período foi degradante nas cidades (9).

Identificamos que no mesmo período surgiram muitas propostas na tentativa de assimilar às necessidades modernas incorporando ou refutando a indústria e o estilo de vida. Até o final do século XIX (8), os modelos urbanísticos se constituíram um desenho urbano empírico ou arte em detrimento da visão pluridimensional da cidade. Alguns urbanistas surgiram com ideias consideradas por alguns pesquisadores, utopias sociais.

Ao fazer uma reflexão sobre tais questões urbanísticas, a historiadora Françoise Choay (9), faz uma análise de diferentes ideias urbanísticas estabelecendo em dois modelos: progressista e culturalista um contrapõe-se ao outro. O modelo progressista “tem em comum uma mesma concepção do homem e da razão que subentende e determina suas propostas relativas à cidade”, a urbes deve ser planejada conforme as necessidades e desejos do homem, lógica e beleza são complementares, com um forte enfoque higienista e nas necessidades industriais. “O espaço do modelo progressista é amplamente aberto, rompido por vazios e verdes”, que podem oferecer momentos de lazer (p.8).

Já o modelo culturalista, contrapõe o modelo progressista, tanto em relação às necessidades

individuais do homem como também é crítico quanto aos aspectos problemáticos gerados pela industrialização, ou seja, buscam resgatar a unidade orgânica da cidade perdida nesse processo. Seu ponto de partida “é o agrupamento humano, da cidade” (p.11), e as relações sociais, considerando importante em um planejamento urbanos os contrastes precisos com a natureza, defendendo a integração entre homem e natureza e não mais a sobreposição da cidade sobre o homem. A cidade deveria ter dimensões simples baseadas nas concepções medievais, contrapondo-se ao geometrismo e defendendo a irregularidade e assimetria no traçado urbano (9).

Levando em consideração ainda a concepção progressista, destacamos as ideias de Le Corbusier (1887-1965) um arquiteto franco-suíço, propõe uma classificação das funções urbanas e da racionalização do habitat coletivo, sem deixar de dar ênfase na importância dos espaços verdes, preconizando a cidade funcional (9). Na visão do arquiteto, “Arquitetura e urbanismo são indissociáveis; uma arquitetura nova que ponha em prática as novas técnicas de construção e a nova visão do espaço só tem sentido quando integrada a uma cidade moderna.” (p.183).

Acerca de sua obra, Jane Jacobs (5), jornalista e ativista pioneira da defesa urbana, afirma que o arquiteto “planejava não apenas um ambiente físico; projetava também uma utopia social” (p.21). A jornalista faz uma crítica sobre suas ideias, que ao invés de favorecer a economia local das cidades, defendiam ideias que as minavam, destacando que Le Corbusier foi um desses arquitetos de pôr em prática esse projeto de “antidade” (p.22).

Le Corbusier era um grande crítico da desordem (caos) e insegurança da cidade, e contextualizava a desumanização gerada pela industrialização. Em razão disso, seu plano estabelecia princípios como: descongestionamento do centro das cidades; aumento da densidade; aumento dos meios de circulação; aumento das superfícies verdes entre outras possibilidades que envolvia o formato das moradias, favorecendo os automóveis com traços de “grandes artérias de mão única”, reduzindo ruas propondo vias subterrâneas (8). Defensor da geometria simétrica, no qual, mencionando que a linha reta está na história, na interação e no ato humano, destacando que a “rua reta” é o “caminho dos homens” (5, p.23).

Contudo, o que nos chama a atenção dentre a diversidade de ideias do arquiteto é a classificação que estabeleceu três tipos de população: “os cidadãos por moradia; os trabalhadores cuja a vida corre metade no centro e metade nas cidades-jardins; as massas operárias que dividem seu dia entre as fábricas do subúrbio e as cidades-jardins.” (9, p.183).

É claro que a perspectiva Le Corbusier foi aclamada por diversos arquitetos e teve diversos impactos nas cidades, principalmente quando os conjuntos habitacionais de baixa renda e edifícios de escritório (5).

Sem dúvida, essa perspectiva impulsionou a extrema esquematização de suas ideias nas cidades modernas. Nas cidades modernas o que determinam as formas urbanas são como são agregados o alojamento e as tipologias (edifícios, blocos e torres), desfavorecendo os espaços entre os edifícios que são apenas espaços residuais (8).

Tal perspectiva, compromete significativamente o modo de vida das pessoas, fragmentando a estrutura social, criando zonificação de espaços. Favorecendo o processo de gentrificação, desigualdade social e questões de sustentabilidade, ou seja, classes sociais passam a ser associadas a valorização de espaços (5, 10).

Alguns pesquisadores (5) fazem uma crítica evidente sobre um crescimento urbano indiferente às necessidades sociais e a falta de valorização da escala humana. Assim, a cidade precisa ser percebida muito mais do que um espaço urbano fechado, retalhado por ruas e avenidas, fundado em blocos de concreto e lajes dominando todas as paisagens. A cidade é um território de relações, no qual cada cidadão/cidadã busca satisfazer suas necessidades e realizar seus quereres. É uma realidade viva, pulsante, portanto, a cidade reúne os mais diversos fluxos e atividades humanas em constante movimento.

É evidente, que outras propostas com vertentes culturalistas se destacam por tentar conceber modelos que pudessem favorecer a qualidade no estilo de vida das pessoas. Ebenezer Howard, repórter britânico que tinha como passatempo o urbanismo, criador do modelo cidades-jardins, preconizou que a natureza era um elemento essencial da vida. Sua proposta era “conter o crescimento de Londres e repovoar a zona rural”, sua ideia era descartar as cidades dormitórios e

projetar uma cidade-jardim onde a indústria também estaria ali instalada (11, 5).

Como esse modelo se deu no contexto da revolução industrial no século XIX, esse o modelo, e o clássico de cidades, foram substituídos por modelos centrados na premissa dos efeitos úteis e funcionais da aglomeração e urbanização. Com efeitos complexos também promovendo grandes contrastes sociais, suscitando graves fenômenos de exclusão social, empobrecimento e marginalização dos espaços, com reflexos nos padrões de ocupação e apropriação dos espaços, comprometendo a assimilação de diferentes recursos oferecidos pelas cidades (7).

Isso também é confirmado por Capel (3), que ressalta que no século XIX, a tipologia dos agentes urbanos que constroem a cidade mudou drasticamente. Os mecanismos de desenvolvimento imobiliário se tornaram cada vez mais complexos, sem levar em consideração as reais necessidades dos cidadãos, ao contrário, a lógica do favorecimento e da promoção imobiliária e das construtoras.

Para o autor (3), no início do século XXI, pode-se perceber os vários desafios globais sobre a urbes, com grande preocupação focalizada na dimensão humana, na tentativa de resgatar traços perdidos nos processos construtivos das cidades ao longo da história. Busca-se “cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis tornou-se o desejo universal e urgente” (12) (p.6). Esse é o grande desafio dos arquitetos e urbanista deste século, a constância em planejar cidade para as pessoas em sua diversidade e limitações, que favoreçam a sentido de pertencimento, cidades que tenha como pré-requisitos uma vida e interativa com oportunidades de caminhar e usufruir de todos os espaços da cidade em sua perspectiva mais ampla.

Raymond Unwin, um arquiteto inglês ajudou a colocar consolidar as ideias das cidades-jardins do britânico Howard, construindo a cidade de Letchworth na Inglaterra, propondo um outro tipo de urbanismo. Constata-se os primeiros passos de ruptura com alguns processos do modelo tradicional de cidades. Uma das características de seu modelo é a valorização da individualidade da forma urbana e de suas especificidades que devem ser respeitadas, como por exemplo as particularidades de cada terreno (8, 5).

Apesar de se preocupar com espaços da cidades, como grandes parques e largas avenidas

arborizadas na região central, evidencia em seu modelo, a criação de uma delimitação entre centros principais (parte central da cidade onde encontram-se edifícios públicos oficiais) e secundários (onde estariam as instituições educativas e algumas estações de trem) (9).

A partir dessas reflexões, considera-se que o processo de urbanização e modernização levou o espaço das cidades a uma vulnerabilidade diversificada. As áreas livres, cederam lugar a avenidas, prédios e indústrias, restando pouquíssimo espaço para as pessoas.

Citado por Harvey (7), Jacobs enfatiza que devemos focar nossa atenção nos processos sociais, pois: “quando os vemos como pés no chão, em ambientes urbanos 'saudáveis', descobrimos um intrincado sistema de complexidade antes organizada do que desorganiza, uma vitalidade e uma energia de interação social que depende crucialmente da diversidade, da complexidade (...)” (p. 74-75).

Na cidade existem espaços com características importantes para encontros, convívio social, lazer e cidadania. Investir na sua valorização é uma oportunidade não só de promover uma experiência estética positiva, mas, sobretudo, de permitir a exploração do potencial democrático aí existente. De acordo com Gehl, por décadas, a dimensão humana foi negligenciada, com ideologias modernistas que quase não priorizaram os espaços públicos, os espaços dos pedestres, espaços de encontro, ou seja, não vislumbraram o espaço urbano carregado de significados sociais. (12).

Dentre esses espaços urbanos, destacamos as praças e parques. Como espaço urbano importante, surgiu com finalidades diferentes em diferentes culturas, foram constituídas em espaços onde as pessoas se reuniam “para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos, ou ainda, onde se desenvolvessem atividades de entretenimento”. Por outro lado, a praça é o lugar intencional do encontro da permanência dos acontecimentos de práticas sociais de manifestações da vida urbana e comunitária e conseqüentemente, de funções estruturantes e arquitetônicas significativas (13, p.2).

Os autores (13) mencionam que na antiguidade a função das praças era muito mais rica e significativa, pois não se limitava apenas a um espaço de passagem como foi por muito tempo utilizado ou se limitando a um lugar de cruzamento

das vias públicas, estacionamentos para automóveis ou mesmo para o comércio de mercadorias. Por muito tempo foi símbolo de liberdade, como no caso a “Ágora ou Fórum” ateniense. Na antiguidade foi lugar de manifestação pública dos habitantes da cidade, transitava em dois polos como símbolo de poder do fórum romano ou local de comércio, exposição de ideias, transmissão de conhecimento e de política popular.

As praças têm características diversificadas como local de bate-papo, reencontro, de troca de experiências de possibilidades para prática desportiva ou simplesmente como possibilidades de lazer, apesar de que a antiguidade também eram utilizadas para a realização de jogos e eventualmente algum esporte com fins de lazer, é considerado “Lugar fundamental da vida social espaço de encontro de trocas de palavras e mercadorias” (13, p.2).

Na idade média foram utilizadas para fins macabros, execuções ou funerais, ou mesmo para casamentos, comércio e ritos religiosos. os espaços públicos no período medieval eram a praça da igreja e a praça do mercado. No período renascentista e barroco as cidades ganham novo sentido, esteticamente se destaca pelos palácios suntuosos e novos modelos no estilo de vida urbana e uma preocupação maior no planejamento na construção de jardins e praças, dando ênfase a uma função não meramente funcional, mas também social, destinados das artes, ao relaxamento e a contemplação (14).

É comumente as manifestações artísticas e culturais nesses espaços, mesmo que esses espaços tenham sofrido alterações de tempos em tempos conforme os valores constituídos nele, sabe-se ainda do seu papel fundamental dentro da sociedade, valores esses que fomentam uma cidade para as pessoas e que são fundamentais nas cidades contemporâneas. “Mesmo havendo divergência entre autores, todos concordam em conceituá-la como espaço público e urbano, celebrada como um espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos” (13, p.2).

As praças por serem espaços geralmente de centralidade nas cidades, ganham destaque nos planejamentos, como observamos no idealismo da Cidade-jardim concebida por Ebenezer Howard (11). O modelo “incorporou a natureza como elemento essencial da vida”. Esse ideal denominado “utopias urbanas”, gerou mudanças no espaço

natural de algumas cidades como Londres e Paris. Nesse contexto, o jardim se consolidou como equipamento público, tornando-se as praças e os bulevares nas áreas centrais. Fora o aspecto das novas formas de sociabilidade, havia também os preceitos higienistas, devido justamente à aceleração da expansão urbana, a grande aglomeração populacional e a todos os problemas decorrentes” (15, p.8).

A ideia principal era uma solução para melhorar a vida urbana que sofria com a densidade populacional. (...) la solución debía venir a través de las ‘Ciudades jardín’, en que las que esta naturaleza amonestada desempeñaría el papel del campo en la ciudad” (3, p.353).

A cidade como realização humana, é um fazer constante ininterrupto. Segundo Tuan (16), “experienciar é aprender, compreender; significa atuar sobre o espaço e poder criar a partir dele” (p.10). Portanto, o espaço é concebido quando são percebidos em suas múltiplas determinações, naturais, sociais e culturais. Investir em sua valorização do “lugar” como forma de pertencimento é a oportunidade não só propiciar uma experiência estética positiva, mas sobretudo, permitir a exploração do potencial democrático ali existente. Consolidando as palavras de Tuan “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. (p.151).

Isso vai ao encontro das teorias de (17), que afirma que o “lugar” é mais do que uma localização geográfica, o “lugar” está para além de um simples espaço, é a concreta manifestação do habitar humano, “Hoje começamos a compreender que a verdadeira liberdade pressupõe um sentimento de pertencer e que “habitar” significa pertencer a um lugar concreto”. “A identidade humana pressupõe a identidade do lugar”. Assim, “lugar” poderia ser considerado a totalidade criada entre as coisas concretas e a qualidade ambiental (p. 457,458), conforme citação de Norberg-Schulz no texto de Reis (18).

O homem habita quando pode orientar-se dentro e identificar-se com um ambiente, ou, simplificando, quando experimenta significativamente o ambiente. Habitar, dessa forma, implica em algo mais do que abrigar. Implica que os espaços onde ocorre a vida são lugares, no verdadeiro sentido da palavra. Um lugar é um espaço com uma característica distinta. Desde os tempos arcaicos o *genius loci*, ou ‘espírito do

lugar’, tem sido reconhecido como a realidade concreta que o homem deve encarar e aceitar em sua vida diária. A arquitetura significa visualizar o *genius loci*, e a tarefa do arquiteto é criar lugares significativos, pelos quais ajuda o homem a habitar (p. 112,113).

No texto de Elizabeth N. Reis (18) destacamos a citação de Norberg-Schulz “O homem habita quando pode orientar-se dentro e identificar-se com um ambiente, ou, simplificando, quando experimenta significativamente o ambiente. Habitar, dessa forma, implica em algo mais do que abrigar. Implica que os espaços onde ocorre a vida são lugares, no verdadeiro sentido da palavra. Um lugar é um espaço com uma característica distinta. Desde os tempos arcaicos o *genius loci*, ou ‘espírito do lugar’, tem sido reconhecido como a realidade concreta que o homem deve encarar e aceitar em sua vida diária. A arquitetura significa visualizar o *genius loci*, e a tarefa do arquiteto é criar lugares significativos, pelos quais ajuda o homem a habitar (p. 112,113).

Ao pensar em lugar e identidade humana, vale refletir sobre esse sentimento de pertencimento ao lugar. Observamos nas palavras de Raffestin em Silva (19), que tanto as relações de identidade e o sentimento de pertença ao lugar se dão “no processo de apropriação e territorialização do espaço” (p.198), considerando os valores culturais e simbólicos inerentes a ele.

Neste contexto, apesar dos parques e praças ou espaços similares serem comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades que lhes pressupõe um lugar de pertencimento, como locais de uso temporário, pode compor extremos ambíguos entre popularidade e impopularidade. “No planejamento urbano ortodoxo, as áreas livres dos bairros são veneradas de uma maneira surpreendentemente acrítica (...)” (p.98), a ponto de muitas vezes limitar sua apropriação (5).

Para Serpa (20), “os processos de apropriação socioespacial, que se manifestam no espaço público da cidade contemporânea, colocam em primeiro plano as dimensões simbólicas da segregação, que repercutem nos processos de produção e reprodução do/no espaço.”(p.171).

É importante destacar que, para o autor (20), atualmente o lazer e o consumo das novas classes médias são estão no foco das transformações urbanas, tentam multiplicar o consumo e valor dos

territórios urbanos, por isso parques públicos são importantes meios de controle social e se tornam essenciais. Áreas degradadas ou decadentes (industriais, residenciais e comerciais), tendem a ser modificadas ou recuperadas, principalmente na tentativa de multiplicar o consumo e valorizar o território urbano onde são aplicadas essas renovações.

A ideia de que os novos parques públicos são considerados elementos valorização do espaço urbano, coloca-nos a refletir sobre a representação do direito à cidade. Esse direito deveria incluir o direito à produção de representações concebidos entre o espaço vivido no cotidiano e nos lugares urbanos da contemporaneidade. “Nos ‘novos’ e ‘renováveis’ espaço público urbano ao redor do mundo, as práticas espaciais escrevem-se em um território de em um processo de ‘territorialidade do espaço’.” (p.176). É necessário repensar e refutar esses espaços públicos como instrumento de valorização fundiária na cidade contemporânea (20).

Tal realidade explora um novo tempo e espaço construído pela “forma ocidental” de cosmovisão, lugares, constituindo para Zygmunt Bauman (21) por propostas ecléticas, individualistas ou plurais e imediatas ligadas ao consumismo, com valores e significados negativos para a vida atual.

Cabe destacar que o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (22) enfatiza que “todos los seres humanos son libres e iguales en dignidad y derechos” (p.123). É responsabilidade de toda a sociedade e, em especial, do poder público implantar os espaços públicos para que possam ser utilizados em igualdade de condições por todos os cidadãos, de forma a garantir a concretização da acessibilidade e, por extensão, a promoção da inclusão social (23).

Notoriamente, uma investigação reflexiva sobre a apropriação dos espaços da cidade para o exercício da cidadania plena é ainda estimulada, quando David Harvey (7), destaca que no modernismo os espaços são vistos como algo a ser moldado com finalidades sociais e, portanto, “(...) sempre subservientes à construção de um projeto social, os pós-modernistas os veem como coisas independentes e autônomas a serem moldadas (...) que não necessariamente têm uma relação com um objetivo social abrangido (. . .)” (p.69). Ou mesmo quando percebemos que o processo de urbanização e modernização levou os espaços das cidades a essa

vulnerabilidade diversificada, dando espaço a avenidas, edifícios e indústrias, deixando poucos espaços para a prática de esportes e lazer (24).

Portanto, o grande desafio dessa nova sociedade é buscar, com urgência, planejar, desenvolver e implantar facilidades em espaços livres que favoreçam a cidadania plena. Apesar de, para alguns, a "mudança" no uso dos espaços da cidade ser considerada um processo natural, enquanto, na ausência de opções e espaços públicos, o cidadão e principalmente as crianças limitam-se a usufruir apenas das ruas e calçadas. A especulação imobiliária reduziu os espaços públicos na cidade, os grandes condomínios, para quem pode adquirir, foram o enclausuramento dos folguedos de rua que muito contribuía no desenvolvimento motor das crianças, o futebol de várzea morreu, e com sua extinção a revelação de craques restringiu-se às escolinhas de futebol, pagas, mais uma vez o direito do cidadão restringe-se a poder comprar o serviço. E pior, os equipamentos de última geração, como celulares substituíram os esportes de lazer, outrora praticado nas ruas, levando os jovens, em muitos casos a depressão e em sua pior consequência ao suicídio, como encontramos em nas palavras de Sérgio Luiz Carlos Dos Santos (26, p. 30). De certa maneira, esta forma de uso pode ser conflituosa, para alguns, embora para outros, um fator totalmente positivo para a dinâmica das instalações (5, 10).

Nesta perspectiva, Edgar Morin (25), como antropólogo, sociólogo e filósofo, afirmava que, consolidar e valorizar as potencialidades humanas, "(...) é pensar o habitante, ou melhor, uma pluralidade de determinados habitantes" (p.250). Dessa forma, acreditamos que uma cidade viva é aquela onde seus espaços são democratizados, a cidade que agrega funcionalidade a todos os seus cidadãos. Todo desenvolvimento urbano, "(...) deve estar inserido em uma dinâmica complexa da cidade e levar em conta os fortes vínculos entre a totalidade de seus componentes. Agir na cidade requer o conhecimento de todos os sistemas complexos que interagem e produzem espaços de inclusão ou de exclusão." (p. 258).

Essas questões referenciadas aqui sobre as transformações, principalmente da cidade pós-industrial, têm refletido nos padrões de ocupação e apropriação dos espaços das novas cidades, comprometendo o modo de vida das pessoas e significativamente refletindo no sentimento de

pertencimento. E isso, seguramente, são aspectos importantes que necessitam ainda de uma extensa reflexão, sobretudo sobre a reconstrução de espaços urbanos, principalmente os espaços de convivência social e forma de organização do desenho urbano na perspectiva da apropriação dos espaços públicos que foram diminuídos e provavelmente a sensação de pertencimento ou a perspectiva de cidadania que foi afetada.

3. Considerações Finais

O processo de urbanização e modernização que levou os espaços das cidades a uma vulnerabilidade diversificada. As áreas livres cederam espaços a avenidas, prédios e indústrias, restando pouquíssimo para as pessoas.

Em virtude dos fatos mencionados, observamos que o modelo clássico de cidades foi substituído por modelos de cidades globais. Focada na premissa dos efeitos úteis e funcionais da aglomeração e urbanização capitalista, promovendo grandes contrastes sociais, provocando graves fenômenos de exclusão social, empobrecimento dos espaços e marginalização com reflexos nos padrões de ocupação dos espaços e assimilação dos espaços.

Assim, para tornar perceptíveis os sentidos dos fragmentos, geralmente desprezíveis e irrelevantes da cidade, é necessário percebê-los nas complexidades dos processos sociais. Atualmente, urge a atenção dos governantes para a planificação da cidade, não apenas os perceber a cidade e seus espaços públicos instrumento de valorização fundiária ou apenas como sinônimos de direito e usufruto de lugares agradáveis para se viver, mas sobretudo, receptáculos para vivências das qualidades sensoriais dos materiais, presentes no lugar, que valorizem as potencialidades e diversidades humanas. Por isso a relevância de se construir espaços democratizados, favoráveis a identidade de lugar e sentimento de pertença, e sobretudo resgatar os espaços nas ruas para às práticas de esportes de lazer, e do próprio folclore brasileiro, onde nossas crianças e adolescentes podiam usufruir destes espaços cidadãos sem ter como opção de lazer e esporte somente o celular, que entre outros problemas divulga o fenômeno social da "Baleia Azul" e do "Homem Pateta" incitando a auto mutilação e ao suicídio juvenil.

Referências

1. Tuan Yi-fu. Medo na cidade. In: Tuan Yi-fu. Paisagens do medo. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 231- 278.
2. Lacoste Yves. Dicionário de Geografia. Lisboa: Teorema, 2005.
3. Capel Horácio. La morfología de las ciudades. Sociedad, cultura y paisaje urbana. Espanha: Ediciones del Serball, 2002.
4. Capel Horácio. A modo de introducción: los problemas de las ciudades: urbs, civitas y polis. Espanha: Mediterráneo Económico, 2003. p. 9-22.
5. Jacobs Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
6. Lipietz Alain. O Capital e seu Espaço. (2ª. ed.). São Paulo: Nobel, 1988.
7. Harvey David. Condição da pós-moderna. (26ª edição). São Paulo: Editora Loyola, 2017.
8. Lamas José Manuel Ressano Garcia Morfologia urbana e desenho da cidade. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004. Acesso em 23de abril de 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B1u-dkhKLI09fIF3RDlrZFKwaTR5cVh5U1BGcDZZVkkRRWXVaQmlDWE9nQ0pfZVNwWUxySHc?usp=sharing>
9. Choay Françoise. O Urbanismo: Utopias e realidades, uma antologia. 5ª. Ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
10. Lefebvre Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
11. Howard Ebenezer. Cidades-Jardins de amanhã. São Paulo: Hucitec, 1996.
12. Gehl Jan. Cidades para Pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2015
13. De Angelis Bruno Luiz Domingues, De Angelis Neto Generoso, De Angelis Barros, Gabriela, De Angelis Barros, Rafaela. Praças: História, Usos e Funções. Maringá: Editora da Universidade de Maringá - Fundamentum, 2005.
14. Silva Pinto Renata Inês Burlacchini Passos. A praça na história da cidade: o caso da Praça da Sé – Suas Faces durante (1933/1999). [Dissertação] Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia- Salvador, 2013.
15. Simoni Yuri. O Natural não Natural: a concepção de criação da Natureza pelo homem moderno e sua inserção na cidade (séculos XVIII e XIX). ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.
16. Tuan Yi-fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
17. Norberg-schulz Christian. “O Fenômeno do lugar”. In: Nesbitt, Kate (org.). Uma Nova Agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
18. Reis Elisabete Rodrigues. Lugar de sentido. Revista Nufen: Phenom. Interd. Belém, 9(2), mai. – ago., 2017, p.109-123.
19. Silva Michelle Nascimento. Identidade, Pertencimento e Sociabilidade no Espaço Urbano: observações sobre a percepção dos usuários do Bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. Iluminuras, Porto Alegre, v. 14, n. 34, p. 194-210, ago./dez. 2013.
20. Serpa Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: Vasconcelos, Pedro de Almeida; Correa, Roberto Lobato; Pintaudi, Silvana Maria. (Orgs). A Cidade Contemporânea: segregação espacial. 1o Ed. São Paulo: Contexto, 2018. p.169-188.
21. Bauman Zygmunt. Aprendendo a Pensar com a Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
22. Jordán José Luis Borau. Diseño para todas las personas en entornos naturales protegidos. In: Fundación Arquitectura COAM. Accesibilidad universal y diseño para todos: arquitectura y urbanismo. 1a ed. Madri: Artes Gráficas Palermo, 2011, p. 122-139.
23. Galán Jesús Hernández . Introducción . In: Fundación Arquitectura COAM. Accesibilidad Universal y Diseño para todos: Arquitectura y Urbanismo. 1a ed. Madri: Artes Gráficas Palermo, 2011, p.10-20.
24. Santini Rita de Cássia Giraldi. Dimensões do lazer e da recreação: questões espaciais, sociais e psicológicas: São Paulo. Angelotti, 1993.
25. Morin Edgar. A via: para o futuro da humanidade. 2o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
26. Dos Santos, Sérgio Luiz Carlos. “Bushido e artes marciais: contribuições para a educação contemporânea. Curitiba, Editora CRV Ltda, 2019.

Como citar este artigo:

Da Silva JM, Alabi JYM, Jordan MAT, Dos Santos SLC. Cidade: Reflexão sobre as consequências da revolução industrial e as urgências dos espaços públicos para o esporte e lazer no século XXI. REBESDE. 2021; 2(1):e-008